**Moção contra a Lei Antiterror e contra a criminalização dos movimentos sociais.**

**#NãoSomosTerroristas**

Em um regime democrático é legítimo as pessoas saírem às ruas para manifestarem suas opiniões. Há 50 anos um golpe militar colocou o Brasil sob um grave autoritarismo baixando leis que permitiam uma maior repressão, colocando inclusive a UNE na clandestinidade. Recentemente assistimos a manifestação onde ocorreu a fatalidade da trágica morte do cinegrafista Santiago, da TV Bandeirantes. Lamentamos profundamente o caso, entretanto não podemos aceitar a instrumentalização de fatos isolados para um maior recrudescimento na repressão que se volta aos movimentos sociais no Brasil. Visto que ocorrerm outros atos de rua com vítmas fatais entre os manifestantes devido a ação violenta e desmedida da polícia.

Ganhou mais força nos últimos dias o debate em torno de uma Lei que coíba os atos violentos, vandalismos e outras categorias, fazendo com que o projeto elenque como “terrorista” também os lutadores que mais são vítimas de um sistema e da violência policial. Registra-se que a proposta é genérica e vaga na definição do que seria “terrorismo”, abrindo um perigoso espaço para criminalização dos/as manifestantes e dos movimentos sociais.

Os únicos interessados na Lei Antiterror são os setores conservadores que veem nesta a oportunidade de legalizar sua prática cotidiana de criminalização dos movimento sociais e da pobreza. Para a UNE, não deve ser colocada de lado a atuação desmedida e criminalizante das forças militares, seja com manifestantes, seja com jovens da periferia que sofrem diariamente com as atrocidades cometidas em todos os estados. Entendemos também que a ação do Estado, através de seus aparatos de segurança, não deve se submeter a interesses econômicos privados em detrimento da defesa do interesse público e da pessoa humana.

Sendo assim, ao invés de discutir a aprovação de uma lei que nos lembra os tempos de ditadura,a preocupação dos congressistas e, em especial, do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, deveria ser de uma reformulação no projeto de segurança pública brasileira que desmilitarize as forças policias e as torne mais cidadãs, aprofundando assim a nossa democracia, debruçando-se por exemplo sobre o PL 4771/03 (fim aos autos de resistência) e a PEC 51/13 (desmilitarização das forças policiais).

 As raízes de um Estado Democrático de Direito se dão na base do diálogo. Atos e leis que colocam organizações e indivíduos à margem da legalidade não coadunam com o regime vigente em nosso país. O nosso intento é avançar na conquista da democracia, na melhoria dos serviços públicos e na consolidação de mais direitos, que setores da elite se negam a entregar a fim de não perder seus privilégios. Nas ruas, espaço que de passeata em passeata mudamos o Brasil, iremos seguir firmes na efetivação dos anseios dos e das estudantes, dos trabalhadores, das trabalhadoras e da juventude brasileira.